

ANC-COM

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Profissão (jornalismo)

O entulho do constitucionalismo

MARCOS SA CORRÊA

Sou jornalista há mais ou menos dezesseis anos e, nesse tempo todo, dormiu lá em casa, com as traças, um diploma de professor de História. Meu único diploma. Ele me dá direito — que, para a felicidade do magistério no Brasil, eu nunca usei — a dar aulas em colégios ou faculdades. Mas como diria Marx (Groucho Marx) eu jamais aceitaria estudar num curso de História que me aceitasse como professor.

Esse testemunho é só para tirar da conversa sobre a obrigatoriedade do diploma do Jornalismo qualquer travo oculto de preconceito pessoal. Que fique logo claro: por acidente, pertencem de origem ao bloco dos autodidatas, uma linhagem profissional que povoa e domina as redações brasileiras desde a geração de Hipólito da Costa até a minha. A dos comunicólogos foi a seguinte, veio depois que o decreto-lei da Junta Militar (pelo qual passei raspando) oficializou os cursos de Jornalismo e lhes conferiu o dom cartorial de regular o acesso às vagas na carreira.

Uma década e meia depois, ainda sem estatísticas de confiança, qualquer jornal, revista e departamento de telejornalismo parece dividido entre um comando quase invariavelmente formado na pura tarimba das redações e uma tropa (para usar o jargão castrense, porque foram os militares os autores do regulamento) mista, onde vai predominando aos poucos a safra dos jornalistas diplomados — ou com firma reconhecida, para implicar com o tabelionato das faculdades de Comunicações.

Que os autodidatas estejam mandando, embora não deixe de ser um atestado de aptidão, significa também que eles — que nós — estamos envelhecendo, empurrados vegetativamente para longe do batente pelas levas crescentes de bacharéis. Há uma espécie de conflito de gerações misturado na diferença de pedigrees que divide as redações e, talvez por isso, o julgamento de um grupo pelo outro sempre foi toldado por muitos preconceitos.

A turma que teve que provar aos outros e, se possível, convencer a si mesma que jornalismo não se aprende na escola acha as faculdades de Comunicação uma pernóstica inutilidade. Pode não dizer, mas acha. É verdade que as escolas não ajudam — quem sabe porque a reserva de mercado, concedida pelo decreto-lei, tenha criado um sistema em que o diploma conta e o ensino é supérfluo. O fato é que elas têm má fama e transferem essa reputação aos alunos.

Todo jornalista que já foi “entrevistado” por estudante de comunicação já deve ter provado o espanto que costuma ser esse contato com questões extra-terrestres. Os comunicados invariavelmente aparecem com perguntas, sopradas pelos professores, que embatucam o profissional mais experiente, nem tanto por serem propriamente difíceis, mas por serem feitas de conjeturas que não cruzam com a rotina do trabalho. Coisas como a semiologia de uma primeira página ou a mensagem subliminar de uma legenda que provavelmente foi escrita num fim de noite, correndo, sob a pressão dos prazos de fechamento.

Vista de fora, através desses encontros intergaláticos, o jornalismo acadêmico deixa no jornalismo propriamente dito a impressão (possivelmente consoladora)



de que as escolas se esmeram em ministrar aos comunicólogos uma teoria tão complicada, que presume uma atividade de imprensa tão sutil e cheia de refinada malandragem, que para utilizá-la rotineiramente os jornais teriam, para começo de conversa, de desistir de uma edição diária. A enrolação exige tempo.

Esses preconceitos atravessaram mais ou menos intatos os quinze anos de coabitação e reaparecem no melhor estilo no meio do debate suscitado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, ao anunciar a disposição de remeter à Assembleia Constituinte a tarefa de extinguir a obrigatoriedade do diploma de Jornalismo. Volta-se a argumentar com o arsenal de quase vinte anos atrás. De um lado, que os cursos em geral não formam jornalistas, mas uma outra raça profissional que depois de pronta e com diploma na mão tem que ser aculturada nas redações, sob a tutela dos profissionais intuitivos, práticos e treinados na vida real da carreira. Nesse diagnóstico, vem outro embutido, que também é verossímil, mas relativo: a obrigatoriedade limitou a escolha das empresas a produtos de segunda linha do sistema universitário.

Assim, para bombardear a obrigatoriedade, uma típica herança do regime militar (os militares, como se sabem, fizeram até para eles uma carreira em que os avanços são todos automatizados com cursos periódicos), ataca-se pelo flanco a idéia de que, mesmo facultativo, seria conveniente para um jornalista, atualmente, uma formação superior especializada. E conveniente não há dúvida de que é.

Não passa de um anacronismo, por exemplo, dizer que basta um pouco “de talento” e “vocação”, mais um banho de prática, para se fazer um jornalista com todo o

equipamento necessário a se estabelecer competentemente no ramo. A esses ingredientes básicos, bastaria adicionar na melhor das hipóteses uma “formação humanística”, requisito que aliás há alguns anos se saciava com a curiosidade literária e agora, se fosse para valer, teria de incluir uma noção razoável de muitos outros campos do conhecimento. Em outras palavras, os repórteres jovens de escalada mais rápida nas redações, ultimamente, são os que trazem de casa ou da universidade uma bagagem mínima de formação científica, o suficiente para que possam entender e explicar novidades na astronomia, na medicina ou na eletrônica, grandes geradoras de notícias para a imprensa. Só isso recomendaria uma revisão, na melhor das hipóteses, do critério da “base humanística”. O mundo, portanto, ficou muito mais complicado, inclusive nas redações.

Elas estão neste momento sofrendo a inevitável invasão dos processadores de palavras e sistemas eletrônicos de composição, que assustam muitos autodidatas como se fossem atestados de óbito, e sem dúvida abrem um vasto campo para que as faculdades de Jornalismo, se quisermos ser instrumentos de capacitação profissional, e não meros cartórios de registro de diplomas, mostrem para que vieram ao mundo. A crença de que a técnica jornalística é simples e se aprende com um pé nas costas sofre da mesma miopia histórica. Faz-se em pouca semanas, de fato, de um literato amador um repórter, se ele tiver jeito para a coisa. Ou um redator eficiente. Mas é impressionante o número de jornalistas com enorme quilometragem na máquina de escrever que desconhecem princípios básicos de edição — o uso de ilustrações para ajudar a compreensão de um texto, por exemplo. As escolhas poderiam desistir da obrigatorie-

dade. A utilidade bastaria para lhes assegurar a sobrevivência. O fim do diploma compulsório dificilmente decretaria, nesta altura, a restauração dos autodidatas no trono do Jornalismo.

Se o debate quiser andar para frente, e não para trás, terá que mudar de método — a começar pelo método que escolheu para se imiscuir na pauta da Comissão de Estudos Constitucionais. As leis que regulamentam a profissão de jornalista, rascunhadas pela Junta Militar de 1969 e retocadas pela caneta do presidente João Figueiredo, são, de pleno direito, o que se poderia chamar “entulho do autoritarismo”. Nem por isso o problema é matéria constitucional. Foi contrabandeada para bordo da comissão vestindo um disfarce — definido pelo procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, como defesa da liberdade de expressão. Se só diplomados em Comunicação podem ser jornalistas, estaria cerceada a opinião de quem não tivesse esse título.

Baleia. Até as rotativas sabem que qualquer pessoa pode (legalmente, não idealmente) escrever em jornais, e até ganhar como colaborador para artigos. Não pode e viver disso. A reserva de mercado, por pior que seja, foi feita para administrar empregos e não a palavra impressa — a essa burrice toda não chegou nem o decreto-lei da Junta Militar.

Portanto, se a proposta da Comissão de Estudos Constitucionais vingar, já se pode prever que pelo menos uma redação vai sair prejudicada pela iniciativa — a redação do próximo texto constitucional. Para acabar como entulho do autoritarismo, os novos reformadores estariam inventando o entulho do constitucionalismo.

MARCOS SA CORRÊA, 40, é jornalista, editor do "Jornal do Brasil", ex-editor de Assuntos Nacionais da revista "Veja" e autor do livro "O Burocratauro".